

Curriculum Vitae

General António dos Santos Ramalho Eanes

Nasceu em Alcains a 25 de janeiro de 1935. Filho de Manuel dos Santos Eanes e de Maria do Rosário Ramalho, foi o primeiro Presidente da República eleito por sufrágio universal e direto. Em outubro de 1970 casou com Maria Manuela Duarte Neto Portugal Ramalho Eanes, de quem tem dois filhos.

Ingressou no Liceu de Castelo Branco em 1945 e na Escola do Exército em 1953. Completou a sua formação com diversos cursos e estágios de especialização: especialização em Métodos de Instrução (1961); especialização em Instrutores de Educação Física e Curso de Instrução de Operações Especiais (1962); Estágio de Guerra Subversiva (1962), Estágio de Instrutor de Ação Psicológica no Instituto de Altos Estudos Militares (1962), Estágio de atualização para Oficial Superior (1973).

É sucessivamente promovido a alferes de infantaria (1957), tenente (1959), capitão (1961) e em 1970 é graduado em major. Depois, seguem-se as promoções a major (1973), tenente-coronel (1974) e coronel (1976), a graduação em general de quatro estrelas (1975) e a promoção a general (1978). Na sua folha de serviços sobressaem ainda as comissões de serviço que presta na Índia (1958-1960), Macau (1962), Moçambique (1964 e 1966-1968), Guiné (1969-1971) e Angola (1974).

Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Ciência Política e Direito Constitucional) e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (3 anos). Em novembro de 2006, doutorou-se em Ciência Política pela Universidade de Navarra com uma tese intitulada “Sociedade Civil e Poder Político em Portugal”.

António Ramalho Eanes destacou-se na defesa do regime democrático ao assumir a liderança das manobras militares de 25 de novembro de 1975, que estabilizou o regime democrático e acabou com o processo revolucionário.

Presidente da República entre 1976 e 1986, promoveu, também no plano político, a derrota do projeto revolucionário, e atuou como defensor do funcionamento das instituições democráticas e da estabilização das forças armadas, colocando-as como o garante das escolhas legítimas do povo Português, expressas em eleições livres.

Como Presidente da República, reorientou a posição de Portugal no Mundo, estreitando as relações com os países da NATO, e reativando, numa nova ordem, as relações do país com os países emergentes das independências das ex-colónias.

Vencedor das eleições presidenciais de 27 de junho de 1976, com 61,6% dos votos, tomou posse como Presidente da República perante a Assembleia da República a 14 de julho. Proposta pelo Conselho da Revolução, a candidatura de Ramalho Eanes havia recolhido um

vasto conjunto de apoios, do PS ao PPD, passando pelo CDS, MSD, PSDI, MRPP, pela AOC e ainda por organizações como a SEDES ou a CAP.

A António Ramalho Eanes coube a dura missão de ocupar a Presidência da República imediatamente depois de terminado o chamado Processo Revolucionário (1974-1975). Com um sistema democrático ainda embrionário, com pesadas heranças e impasses herdados do período anterior, Ramalho Eanes acabou por emergir como uma figura central no processo de democratização português.

Uma das suas primeiras ações como Presidente da República foi a de investir o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares (em 23 de julho de 1976).

Durante quase todo o período em que ocupou a presidência (1976-1986), esteve também à frente do Conselho da Revolução (1976-1982) e das Forças Armadas como CEMGFA (1976-1980). Nesta qualidade, levou a efeito um amplo plano de reestruturação e reconduziu as Forças Armadas às suas missões tradicionais.

Reeleito a 7 de dezembro de 1980, à primeira volta, tomou posse, pela segunda vez, como Presidente da República, a 14 de janeiro de 1981. O 2.º mandato de Ramalho Eanes foi prolongado até janeiro de 1986 em virtude da realização das eleições legislativas, em 6 de outubro de 1985, obrigando a um adiamento do sufrágio presidencial.

O ano de 1982 foi marcado pela Lei da Revisão Constitucional, aprovada pela Assembleia da República em agosto desse ano, e a consequente dissolução do Conselho da Revolução. A revisão constitucional diminuía o espaço de manobra do Presidente da República nas áreas da política externa e de defesa. Reduzia alguns dos poderes presidenciais: em relação ao direito de veto dos diplomas da Assembleia da República e do governo; no que respeitava à faculdade de requerer a fiscalização da constitucionalidade dos diplomas legais; e também os poderes de demitir o governo e dissolver a Assembleia da República.

Após o final do segundo mandato como presidente da república, em fevereiro de 1986, assumiu a presidência do Partido Renovador Democrático, demitindo-se desse cargo em 1987.

Em 2000, Ramalho Eanes recusou, por razões ético-políticas, a promoção a Marechal. É, atualmente, Conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Curadores do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Foi galardoado com o Grande Colar da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

No dia 11 de outubro de 2010 recebeu o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Lisboa aquando das comemorações do centenário da mesma, coincidindo com as comemorações do centenário da República Portuguesa (5 de outubro).

Em 30 de abril de 2012, a Universidade da Beira Interior atribuiu-lhe o grau de Doutor Honoris Causa como reconhecimento pelo seu imenso contributo para a democratização do país e para a sua inserção entre as nações democráticas e desenvolvidas.